

## Resenha Crítica

### Adaptado do trabalho - Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas.

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma resenha crítica sobre o texto: “Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas”, apresentado no ano de 2006.

#### 1. Introdução

O trabalho Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas apresenta uma revisão da literatura em torno do tema de políticas públicas, se dividindo em 5 partes, sendo essas, a primeira parte, que se discute a origem da área de políticas públicas. A segunda parte, que se discute questões relativas a políticas públicas e modelos analíticos. A terceira parte que explica a influência da literatura neo-institucionalista na área de políticas. A quarta parte que analisa a implementação dessas políticas e, por fim, a quinta parte qual avalia as políticas públicas.

**Na primeira parte**, a autora, apresenta a política pública que, como área de conhecimento, surge nos EUA com o foco no estudo sobre a ação nos governos, já ao passo que, na Europa, a área de política pública surge com base nas teorias explicativas sobre o papel do Estado, e uma de suas principais instituições, o governo. Dessa forma, essa área surge como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações.

No governo, a introdução da política pública como ferramenta para tomada de decisões ocorreu no período pós Guerra Fria, onde foi percebido que era possível a aplicação de métodos científicos sobre as decisões do governo sobre os problemas públicos, inclusive para política social.

Dentre os responsáveis pela criação da área de políticas públicas, destacam-se H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Para a autora, não existe uma definição única para o que seja política pública. Contudo, as mais variadas definições, guiam a perspectiva para o conflito de interesses, onde o todo é mais importante que a soma das partes, indivíduos e instituições. Portanto, pode-se resumir políticas públicas como o campo do conhecimento que busca a formulação de ações do governo a serem tomadas de forma que produzirão resultados ou mudanças desejadas no mundo real. Uma vez que essas ações são tomadas, devem ser submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

**Na segunda parte**, discute-se sobre o espaço que cabe ao governo a definição e implementação de políticas públicas. Na definição de políticas públicas, considera-se a perspectiva da autonomia relativa do Estado, que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, qual cria condições para a implementação dos objetivos de políticas públicas. Contudo, esses objetivos podem se alterar de acordo com influências externas e internas.

Dentro do campo da política pública, foram elaborados alguns modelos e mapeamentos para se entender como e por que o governo toma determinadas ações e os impactos na vida dos cidadãos.

Dentre os mapeamentos, se destacam:

- O tipo da política pública: para Theodor Lowi a política pública assume quatro formatos (políticas distributivas, políticas regulatórias, políticas redistributivas e políticas constitutivas), e cada um desses grupos geram pontos de vetos e de apoios diferentes, e sendo assim, comportando de forma distinta dentro do sistema político.
- O incrementalismo: consiste na visão que a política pública não deve partir do zero mas de decisões incrementais, sem a consideração de inovações nos programas.

Contudo esse modelo limita a capacidade dos governos de adotar novas políticas públicas.

- O ciclo da política pública: esse mapeamento vê a política pública como um ciclo, composto pelos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Dentre os modelos:

- O modelo garbage can ou "lata de lixo": argumenta-se que as escolhas de políticas públicas estão em uma lata de lixo, onde existem mais problemas que soluções.
- 
- O modelo garbage can ou "lata de lixo": argumenta-se que as escolhas de políticas públicas estão em uma lata de lixo, onde existem mais problemas que soluções.
- O modelo da coalizão de defesa: nesse modelo a política pública deve ser dividida em subsistemas, responsáveis por analisar os acontecimentos externos e definir parâmetros de cada política pública.
- O modelo de arenas: nesse modelo a política pública deve ser iniciada pelos empreendedores políticos que devem convencer que o problema é real e que algo deva ser feito.
- O modelo do "equilíbrio interrompido": consiste em processar as informações de forma paralela, incrementando o sistema político, para que existem períodos de estabilidade e posteriormente acompanhados por mudanças.
- Modelos influenciados pelo "novo gerencialismo público" e pelo ajuste fiscal: nesse modelo, considera a eficiência como o objetivo principal das políticas públicas.

Com base nos modelos e topologias, além das definições abordadas, é possível extrair os elementos principais das políticas públicas: a política pública distingue entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; a política pública envolve vários níveis de governo e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, ela implica também em implementação, execução e avaliação.

**Na terceira parte,** o debate sobre políticas públicas também influencia outros campos, em especial o neo-institucionalismo, qual enfatiza a importância das instituições para a formulação e implementação dessas políticas. A contribuição do neo-institucionalismo consiste em iluminar no entendimento que não são só os indivíduos ou grupos que têm força relevante que influenciam as políticas públicas, mas também as regras que regem as instituições.

Partindo do entendimento dos princípios, dos modelos e mapeamentos, o decisor público (políticos) podem situar melhor problema para qual a política pública será desenvolvida.

**Na quarta parte,** aborda-se a etapa da implementação da política pública, que consiste em como essa política está sendo posta em prática. Essa etapa tem recebido pouca atenção, tanto da parte acadêmica quanto do próprio governo. A implantação é fundamental pois, estudos específicos realizados nessa etapa, podem detectar problemas que estão ocorrendo e propor mudanças.

Portanto, a análise da implantação permite compreender melhor questões sobre as políticas públicas, como: a complexidade de se alcançar os objetivos; as possibilidades de fracasso; a natureza da transformação; o papel dos detalhes técnicos e servidores públicos; identificação de

contradições e as questões práticas que influenciam a política pública. E, a partir dessa análise, é possível corrigir o rumo e propor reformulações nos objetivos da política pública.

**Na quinta parte,** aborda-se a etapa de avaliação, que ao contrário da etapa de implementação, tem recebido mais atenção. A avaliação de uma política pública é uma atividade complexa, e que, em geral, é difícil de ser mensurada a curto prazo. Avaliar a política pública consiste em indicar se essa está contribuindo para para a distribuição do bem-estar e se está promovendo mudanças nos sistemas econômico e social destinadas a alcançar os resultados desejados.

## **2. Interpretação**

De modo geral, o trabalho “Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas” apresenta uma revisão da literatura quanto ao estado da arte das políticas públicas. Em uma abordagem mais generalizada, a autora apresenta diversos conceitos mas dificilmente os liga ao estado político brasileiro atual, salvo por pequenas partes que vinculam a algo que foi ou está sendo utilizado (ainda de forma superficial).

Ao se ler o texto e estudar um pouco sobre o estado político brasileiro, com foco nas políticas públicas, percebe-se que existem falhas, tanto nas etapas de avaliação, que, por exemplo, mostra-se visível quanto a saúde pública do município de Jataí, cidade do interior do estado de Goiás, que a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) não funciona. Nesse sentido, como bem situado pela autora, a adoção de um método de avaliação diferente poderia, em teoria, promover um processo de mudança, ou alocação de recursos, para a melhoria dessa política pública.

É perceptível, também, no quesito de implementação da política pública, a falta de estudos e avaliações no cenário brasileiro, em específico, assim gerando projetos que, muitas das vezes, não “sai do papel” ou mesmo funciona.

Quanto ao debate sobre os modelos e mapeamentos direcionados à políticas públicas, falta uma especificação sobre o caso brasileiro, que, a julgar pelo meu conhecimento limitado da área, adota uma metodologia de incremento incluída no modelo de equilíbrio interrompido, onde um partido continua uma determinada política pública iniciada pelo governo anterior, caso essa venha a ser bem avaliada pelos grupos sociais, deixando de lado pesquisas sobre diferentes políticas públicas que poderiam, até de forma mais eficiente, melhorar a situação para que aquela política foi desenvolvida.

Acredito que estudos mais precisos sobre políticas públicas, desde que esses sejam adotados por governantes, podem exercer influências no processo de melhoria de políticas existentes quanto no desenvolvimento de novas políticas públicas.

## **3. Conclusão**

Essa obra fornece informações, desde a origem até implementação e avaliação das políticas públicas, com trechos que vinculam a informação com a situação política do país.

Por ser uma obra que apresenta uma revisão da literatura, o conhecimento prévio se torna importante, contudo, não essencial para o entendimento dos conceitos. A obra é escrita com base nas informações de outros pesquisadores, juntamente com o conhecimento da autora, de forma que nutre, ao leitor, as informações importantes vinculadas ao tema, assim, sendo um texto científico que, por mais que apresente uma leitura pouco complexa, é indicada para qualquer indivíduo que deseja se aprofundar na área das políticas públicas.

**Danilo Martins Rodrigues, acadêmico do curso de Ciências da Computação na  
Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí**